

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE

SCHOOL INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: CHALLENGES AND PEDAGOGICAL PRACTICES IN A PUBLIC SCHOOL IN RIO GRANDE DO NORTE

LA INCLUSIÓN ESCOLAR DE ESTUDIANTES CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: DESAFÍOS Y PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS EN UNA ESCUELA PÚBLICA DE RIO GRANDE DO NORTE

Hyusnaia Kênia de Medeiros Santos¹

Aldeci Maria da Silva Ciriaco²

Andréa Paula da Silva Tenório³

Érica Maria de Santana⁴

Vandilma Trajano de Arruda Oliveira⁵

RESUMO: A consolidação da educação inclusiva nas escolas públicas brasileiras representa um dos maiores desafios das políticas educacionais contemporâneas, sobretudo diante do crescimento do número de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados nas classes comuns do ensino regular. Embora os avanços legais tenham ampliado o acesso desse público à escola, a efetivação da inclusão ainda encontra obstáculos relacionados à formação docente, à organização pedagógica, às adaptações curriculares e ao fortalecimento das redes de apoio entre escola, família e profissionais especializados. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos professores e as práticas pedagógicas desenvolvidas durante o processo de inclusão de um estudante com TEA matriculado na Escola Estadual Maria Cristina, localizada no município de Parnamirim, Rio Grande do Norte. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada na análise das narrativas produzidas por uma professora, um familiar e uma psicopedagoga, buscando compreender como ocorreu o processo de identificação, intervenção e acompanhamento do estudante no ambiente escolar. Os resultados evidenciam que os sentimentos iniciais dos docentes foram marcados pelo medo, insegurança e falta de preparo para atuar com a educação inclusiva. Entretanto, à medida que o processo educativo foi sendo construído de forma colaborativa, observou-se o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais flexíveis, adaptações curriculares, fortalecimento do vínculo entre professor e estudante e maior participação da família nas ações escolares. Conclui-se que a inclusão escolar ultrapassa a simples matrícula do estudante na classe comum, exigindo mudanças institucionais, formação continuada dos profissionais e construção coletiva de práticas pedagógicas que respeitem as singularidades do estudante com TEA, favorecendo seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional.

1

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista. Práticas Pedagógicas. Formação Docente. Inclusão Escolar.

¹Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES no Paraguai (2025). Especialização em Língua Portuguesa: Leitura, Produção de Textos e Gramática pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2010). Licenciada Letras – Português e Literatura Portuguesa pela Universidade Potiguar (2006).

²Especialização em Gestão e organização do Espaço Escolar pela Unopar (2015).

³Especialização em Psicopedagogia pela Faculdade Salesianas (2009).

⁴Especialização em Psicopedagogia pela Faculdade José Lacerda Filho de Ciências Aplicadas (2009).

⁵Especialização em Gestão Pedagógica e Coordenação Escolar pela Universidade Federal de Pernambuco (2000).

ABSTRACT: The consolidation of inclusive education in Brazilian public schools represents one of the greatest challenges of contemporary educational policies, especially considering the growing number of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) enrolled in regular classrooms. Although legal advances have expanded access to education for these students, effective inclusion still faces obstacles related to teacher training, pedagogical organization, curricular adaptations, and the strengthening of support networks among schools, families, and specialized professionals. This study aims to analyze the challenges faced by teachers and the pedagogical practices developed during the inclusion process of a student with ASD enrolled at Escola Estadual Maria Cristina, located in Parnamirim, Rio Grande do Norte, Brazil. This qualitative research is based on the analysis of narratives produced by a teacher, a family member, and a psychopedagogue, seeking to understand the processes of identification, intervention, and educational support developed throughout the school year. The findings reveal that teachers initially experienced feelings of fear, insecurity, and insufficient preparation to work in inclusive classrooms. However, as the educational process evolved collaboratively, more flexible pedagogical practices, curricular adaptations, stronger teacher-student relationships, and greater family participation were gradually established. The study concludes that school inclusion goes beyond merely enrolling students with ASD in regular classrooms, requiring institutional commitment, continuous teacher education, and collaborative pedagogical practices capable of respecting individual characteristics and promoting academic, social, and emotional development.

Keywords: Inclusive Education. Autism Spectrum Disorder. Pedagogical Practices. Teacher Education. School Inclusion.

RESUMEN: La consolidación de la educación inclusiva en las escuelas públicas brasileñas representa uno de los mayores desafíos de las políticas educativas contemporáneas, sobre todo ante el crecimiento del número de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) matriculados en las clases comunes de la enseñanza regular. Aunque los avances legales han ampliado el acceso de este público a la escuela, la efectivización de la inclusión aún encuentra obstáculos relacionados con la formación docente, la organización pedagógica, las adaptaciones curriculares y el fortalecimiento de las redes de apoyo entre escuela, familia y profesionales especializados. En este contexto, este estudio tiene como objetivo analizar los desafíos que enfrentan los docentes y las prácticas pedagógicas desarrolladas durante el proceso de inclusión de un estudiante con TEA matriculado en la Escuela Estatal Maria Cristina, ubicada en el municipio de Parnamirim, Rio Grande do Norte. Se trata de una investigación de enfoque cualitativo, fundamentada en el análisis de las narrativas producidas por una profesora, un familiar y una psicopedagoga, buscando comprender cómo ocurrió el proceso de identificación, intervención y acompañamiento del estudiante en el entorno escolar. Los resultados evidencian que los sentimientos iniciales de los docentes estuvieron marcados por el miedo, la inseguridad y la falta de preparación para actuar en la educación inclusiva. Sin embargo, a medida que el proceso educativo se fue construyendo de forma colaborativa, se observó el desarrollo de prácticas pedagógicas más flexibles, adaptaciones curriculares, el fortalecimiento del vínculo entre docente y estudiante, y una mayor participación de la familia en las acciones escolares. Se concluye que la inclusión escolar va más allá de la simple matrícula del estudiante en la clase común, exigiendo cambios institucionales, formación continua de los profesionales y la construcción colectiva de prácticas pedagógicas que respeten las singularidades del estudiante con TEA, favoreciendo su desarrollo académico, social y emocional.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Trastorno del Espectro Autista. Prácticas Pedagógicas. Formación Docente. Inclusión Escolar.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação inclusiva consolidou-se como um dos principais eixos das políticas públicas educacionais brasileiras. A ampliação do acesso de estudantes com

deficiência às classes comuns do ensino regular provocou profundas transformações na organização das escolas, exigindo novas formas de compreender o currículo, os processos de ensino e aprendizagem e, sobretudo, o papel do professor frente à diversidade presente nas salas de aula. Entre os públicos contemplados por essas políticas, destacam-se os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cujo crescimento nas matrículas da educação básica tem impulsionado importantes debates sobre a necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas e equitativas.

A educação inclusiva, entretanto, não pode ser compreendida apenas como garantia de acesso à escola. O verdadeiro desafio consiste em assegurar condições efetivas de permanência, participação e aprendizagem, respeitando as singularidades de cada estudante. Nesse contexto, o processo de inclusão escolar demanda transformações que envolvem desde aspectos estruturais e organizacionais até mudanças na cultura escolar, nas concepções pedagógicas e na formação dos profissionais da educação.

No caso dos estudantes com TEA, esses desafios tornam-se ainda mais evidentes. As características relacionadas à comunicação, à interação social, aos interesses específicos e aos diferentes perfis de aprendizagem exigem práticas pedagógicas flexíveis, planejamento individualizado e constante articulação entre professores, equipe pedagógica, Atendimento Educacional Especializado (AEE), profissionais da saúde e familiares. A ausência dessas condições pode comprometer não apenas o desenvolvimento acadêmico do estudante, mas também sua participação nas relações sociais construídas no ambiente escolar.

A literatura nacional tem demonstrado que muitos professores ingressam no trabalho com estudantes autistas sem formação específica, vivenciando sentimentos de insegurança, medo e incerteza diante das demandas da educação inclusiva. Ao mesmo tempo, diversas pesquisas evidenciam que esses sentimentos tendem a ser ressignificados à medida que os docentes constroem experiências práticas, desenvolvem estratégias pedagógicas e contam com apoio institucional. Essa constatação reforça a compreensão de que a inclusão escolar constitui um processo coletivo, contínuo e em permanente construção.

Foi justamente essa realidade que motivou a presente investigação. A pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual Maria Cristina, localizada no município de Parnamirim/RN, tendo como foco compreender os caminhos percorridos durante o processo de inclusão de um estudante com Transtorno do Espectro Autista ao longo do ano letivo de 2023. A escolha desse contexto decorre da necessidade de compreender, a partir da experiência concreta vivenciada

pela comunidade escolar, como professores, família e profissionais especializados constroem estratégias capazes de favorecer o desenvolvimento do estudante e superar os desafios cotidianos da inclusão escolar. A motivação acadêmica, profissional e pessoal da pesquisa também está relacionada à atuação da autora na rede pública de ensino e às inquietações sobre a ausência de formação e de orientações para o trabalho com estudantes com TEA.

O estudo fundamenta-se na compreensão de que a inclusão escolar não se limita ao cumprimento da legislação vigente, embora os avanços legais tenham desempenhado papel decisivo na garantia dos direitos das pessoas com deficiência. A efetividade das políticas inclusivas depende, sobretudo, da capacidade das instituições escolares de transformar esses dispositivos legais em práticas pedagógicas concretas, capazes de promover aprendizagem, autonomia, participação e pertencimento.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos docentes e as práticas pedagógicas desenvolvidas durante o processo de inclusão de um estudante com Transtorno do Espectro Autista em uma escola pública da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte. Para tanto, busca discutir como a experiência vivenciada pelos participantes da pesquisa evidencia os limites e as potencialidades da educação inclusiva, destacando a importância da formação docente, das adaptações pedagógicas e da construção de uma rede colaborativa envolvendo escola, família e profissionais especializados. Esse objetivo está alinhado ao propósito geral da dissertação de elaborar uma narrativa histórica dos processos de identificação, diagnóstico, intervenção e inclusão do estudante com TEA.

4

Ao privilegiar uma abordagem qualitativa baseada nas narrativas dos sujeitos envolvidos, o estudo pretende contribuir para o fortalecimento das discussões sobre práticas inclusivas no contexto da escola pública brasileira. Mais do que apresentar um caso específico, busca-se evidenciar elementos que possam subsidiar reflexões sobre a formação de professores, a organização das práticas pedagógicas e o aprimoramento das políticas educacionais voltadas à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação inclusiva e o direito à escolarização dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais referenciais das políticas educacionais voltadas à garantia do direito à educação para todos. A

mudança de paradigma promovida por esse movimento deslocou o foco da deficiência para a necessidade de reorganização da escola, compreendendo que é a instituição escolar que deve adaptar-se às diferentes formas de aprendizagem presentes na sociedade. Nessa perspectiva, a diversidade deixa de ser entendida como obstáculo ao processo educativo para tornar-se elemento constitutivo da prática pedagógica.

No Brasil, esse movimento foi fortalecido por importantes marcos legais que asseguram às pessoas com deficiência o direito à educação em classes comuns do ensino regular. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como direito de todos, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) definiu a Educação Especial como modalidade de ensino ofertada preferencialmente na rede regular, acompanhada, quando necessário, por serviços de apoio especializado. Esses dispositivos foram posteriormente ampliados por documentos internacionais e legislações específicas voltadas às pessoas com deficiência e, mais recentemente, às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A dissertação destaca que esses marcos legais reorganizaram a compreensão da inclusão escolar e ampliaram a responsabilidade das instituições de ensino em assegurar acesso, permanência e aprendizagem aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Entre esses instrumentos normativos, destaca-se a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012), que reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, garantindo direitos relacionados à saúde, educação, assistência social e inclusão. A regulamentação dessa legislação, por meio do Decreto nº 8.368/2014, reforçou o direito ao acompanhamento especializado quando comprovada sua necessidade, consolidando avanços importantes na garantia do atendimento educacional. Conforme apresentado na dissertação, tais dispositivos legais representam conquistas fundamentais para assegurar condições de igualdade e combater práticas discriminatórias ainda presentes em diferentes contextos escolares.

Contudo, a existência de legislação específica não assegura, por si só, a efetivação da inclusão escolar. A pesquisa demonstra que permanece um distanciamento entre o direito formal e as condições concretas de funcionamento das escolas públicas. Questões relacionadas à insuficiência de formação docente, à escassez de recursos pedagógicos, à limitação do atendimento especializado e às dificuldades de articulação entre os diferentes profissionais envolvidos ainda constituem obstáculos relevantes para a consolidação de práticas inclusivas.

Essa realidade evidencia que a inclusão escolar não pode ser reduzida ao ato administrativo da matrícula. Ela pressupõe uma reorganização institucional capaz de garantir participação, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, respeitando suas singularidades e potencialidades.

O Transtorno do Espectro Autista e suas implicações para o processo educativo

O Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se como uma condição do neurodesenvolvimento marcada por alterações persistentes na comunicação social, na interação interpessoal e pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Entretanto, conforme ressaltado na literatura apresentada na dissertação, essas manifestações ocorrem de forma bastante heterogênea, justificando a utilização do termo "espectro", que reconhece diferentes níveis de apoio e distintas formas de desenvolvimento entre as pessoas autistas.

A compreensão contemporânea do TEA resulta de um longo percurso histórico. Inicialmente associado a concepções psiquiátricas restritivas, o autismo passou por profundas revisões conceituais, especialmente após os estudos desenvolvidos por Leo Kanner e Hans Asperger durante o século XX. Posteriormente, as sucessivas revisões dos manuais diagnósticos contribuíram para ampliar a compreensão da condição, reunindo diferentes transtornos anteriormente classificados separadamente sob a denominação única de Transtorno do Espectro Autista. A dissertação apresenta essa trajetória histórica evidenciando que o conhecimento científico sobre o autismo permanece em constante evolução, acompanhando avanços nas áreas da saúde, educação e neurociências.

Embora o diagnóstico clínico seja fundamental para orientar intervenções, o desenvolvimento educacional do estudante não pode ser condicionado exclusivamente à classificação diagnóstica. A escola deve reconhecer que cada estudante apresenta formas particulares de aprender, comunicar-se e interagir, exigindo práticas pedagógicas capazes de respeitar essas diferenças sem reduzir a pessoa às características do transtorno.

Nesse sentido, o processo educativo de estudantes com TEA requer planejamento pedagógico flexível, adaptação curricular quando necessária e estratégias que favoreçam tanto a aprendizagem acadêmica quanto o desenvolvimento das habilidades sociais. A utilização de recursos visuais, organização estruturada das rotinas, mediação constante e valorização dos interesses do estudante são apontadas na literatura como possibilidades capazes de ampliar sua participação nas atividades escolares.

Outro aspecto enfatizado na dissertação refere-se à importância do diagnóstico precoce e da intervenção multidisciplinar. O acompanhamento realizado por profissionais de diferentes áreas, aliado à participação ativa da família e da escola, favorece a construção de estratégias mais adequadas às necessidades individuais do estudante. Entretanto, a pesquisa também evidencia que nenhuma intervenção produz resultados significativos quando desenvolvida de forma isolada, reforçando a necessidade de articulação permanente entre os diversos atores envolvidos no processo educativo.

Práticas pedagógicas inclusivas e formação docente

Entre os diversos fatores que condicionam a efetivação da inclusão escolar, a atuação do professor ocupa posição central. É no cotidiano da sala de aula que as políticas públicas, os documentos legais e os princípios da educação inclusiva transformam-se em experiências concretas de ensino e aprendizagem. Consequentemente, a qualidade da inclusão depende, em grande medida, das condições de trabalho oferecidas aos docentes, da formação recebida e das oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo.

A dissertação demonstra que um dos principais desafios vivenciados pelos professores refere-se ao sentimento inicial de insegurança diante da chegada de estudantes com TEA às classes comuns. Esse cenário decorre, em grande parte, da insuficiência de formação inicial voltada à educação inclusiva, fazendo com que muitos docentes construam seus conhecimentos a partir da própria experiência cotidiana.

Entretanto, a pesquisa evidencia que esses sentimentos tendem a modificar-se ao longo do processo de inclusão. À medida que os professores estabelecem vínculos com o estudante, compreendem suas características individuais e desenvolvem estratégias pedagógicas próprias, observa-se maior segurança na condução das atividades escolares. Essa transformação revela que a prática pedagógica inclusiva constitui um processo permanente de aprendizagem também para o professor. Os resultados sintetizados no resumo da dissertação indicam justamente essa mudança dos sentimentos de medo e insegurança para maior confiança profissional, acompanhada da realização de adequações pedagógicas conforme as características do aluno.

As adaptações pedagógicas assumem, nesse contexto, papel fundamental. Diferentemente da simples redução de conteúdos, essas adaptações correspondem à reorganização das estratégias de ensino, dos recursos didáticos, das formas de avaliação e do tempo pedagógico, buscando assegurar que todos os estudantes possam participar efetivamente

das atividades escolares. Trata-se de reconhecer que a igualdade de oportunidades não significa oferecer exatamente as mesmas experiências educativas, mas garantir condições diferenciadas para que todos tenham possibilidades reais de aprendizagem.

Outro elemento destacado refere-se ao Plano Individualizado de Atendimento (PIA), compreendido como instrumento importante para organizar objetivos, estratégias e formas de acompanhamento do estudante com TEA. Quando elaborado coletivamente, envolvendo professores, equipe pedagógica, Atendimento Educacional Especializado e família, o plano favorece maior integração das ações desenvolvidas pela escola e amplia as possibilidades de acompanhamento do desenvolvimento do estudante. A dissertação dedica uma seção específica ao PIA e destaca seus aspectos essenciais para o planejamento inclusivo.

Por fim, torna-se evidente que práticas pedagógicas inclusivas não dependem exclusivamente do esforço individual do professor. Elas exigem uma cultura institucional comprometida com a inclusão, investimento em formação continuada, disponibilidade de recursos pedagógicos, atuação articulada das equipes multidisciplinares e fortalecimento da parceria entre escola e família. Somente a partir dessa rede colaborativa a inclusão escolar deixa de constituir uma obrigação legal para transformar-se em uma prática educativa comprometida com a equidade, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritivo-interpretativa, desenvolvida a partir de um estudo de caso realizado na Escola Estadual Maria Cristina, localizada no município de Parnamirim, Rio Grande do Norte. A escolha dessa abordagem fundamenta-se na necessidade de compreender os significados atribuídos pelos participantes às experiências vivenciadas durante o processo de inclusão de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando as múltiplas dimensões que permeiam o contexto escolar. Conforme descrito na dissertação, o estudo foi delineado com enfoque qualitativo, delimitado geográfica, espacial e temporalmente ao ano letivo de 2023 na referida escola.

A pesquisa teve como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos docentes e as práticas pedagógicas desenvolvidas no processo de inclusão escolar, compreendendo a inclusão como um fenômeno social, pedagógico e institucional que envolve diferentes sujeitos e

múltiplas relações. Diferentemente das abordagens quantitativas, que privilegiam a mensuração de variáveis, a investigação qualitativa possibilitou aprofundar a compreensão das experiências, sentimentos e estratégias construídas pelos participantes ao longo do processo educativo.

O campo empírico da investigação foi constituído por uma escola pública da rede estadual de ensino que atende estudantes do Ensino Fundamental e que desenvolve ações voltadas à educação inclusiva. A escolha desse espaço ocorreu em razão da vivência concreta de inclusão de um estudante com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista durante o ano letivo de 2023, permitindo acompanhar as diferentes etapas do processo educativo e compreender os desafios enfrentados pelos profissionais da instituição.

Os participantes da pesquisa foram selecionados de forma intencional, considerando sua participação direta no acompanhamento do estudante. A investigação reuniu três colaboradores principais: a professora da turma regular, responsável pelo desenvolvimento das atividades pedagógicas; um familiar do estudante, que contribuiu com informações acerca do processo de identificação, diagnóstico e acompanhamento; e a professora da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa composição buscou contemplar diferentes perspectivas sobre a trajetória escolar do estudante, permitindo uma compreensão mais ampla do fenômeno investigado. A dissertação descreve que a coleta de dados concentrou-se exatamente nesses três grupos de participantes: professora, família e psicopedagoga/profissional do atendimento especializado.

9

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário com questões abertas, elaborado para favorecer a produção de narrativas sobre as experiências vivenciadas pelos participantes. A opção por perguntas abertas possibilitou que os colaboradores descrevessem livremente suas percepções, sentimentos e interpretações acerca do processo de inclusão escolar, produzindo informações que ultrapassam respostas objetivas e revelam aspectos subjetivos fundamentais para a compreensão do fenômeno.

As narrativas constituíram a principal fonte de produção dos dados. Mais do que simples relatos, elas foram compreendidas como construções sociais que expressam experiências, memórias, valores e significados atribuídos pelos participantes às práticas inclusivas desenvolvidas na escola. Essa perspectiva permitiu analisar não apenas os acontecimentos vivenciados, mas também a forma como cada sujeito interpreta sua participação no processo de inclusão.

Após a coleta, os dados foram organizados e submetidos à análise qualitativa, utilizando princípios da análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin. Esse procedimento possibilitou identificar categorias temáticas emergentes a partir das narrativas, estabelecendo relações entre os discursos dos participantes e o referencial teórico que fundamenta a pesquisa. O percurso metodológico descrito na dissertação informa o uso de abordagem qualitativa, questionários e análise das narrativas, apoiando-se em Bardin e outros autores da metodologia qualitativa.

A pesquisa observou os princípios éticos que orientam estudos envolvendo seres humanos, preservando o anonimato dos participantes e assegurando que as informações produzidas fossem utilizadas exclusivamente para fins científicos. Os colaboradores participaram voluntariamente da investigação, mediante consentimento livre e esclarecido, respeitando-se os princípios de confidencialidade, autonomia e proteção dos dados pessoais.

A opção pelo estudo de caso mostrou-se particularmente adequada aos objetivos da investigação, uma vez que permitiu compreender em profundidade uma experiência específica de inclusão escolar, sem a pretensão de generalizar os resultados para todas as realidades educacionais. Entretanto, as reflexões produzidas a partir desse contexto podem contribuir para ampliar o debate sobre a educação inclusiva, especialmente no que se refere à formação docente, às adaptações pedagógicas e à construção de redes colaborativas entre escola, família e atendimento especializado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os desafios iniciais da inclusão: entre o medo e a construção da prática docente

A análise das narrativas evidencia que o processo de inclusão do estudante com Transtorno do Espectro Autista foi inicialmente marcado por sentimentos de insegurança, medo e incerteza por parte da professora da turma regular. Esses sentimentos não decorreram da resistência à inclusão, mas da percepção de insuficiência de conhecimentos específicos para atender às necessidades educacionais do estudante.

Tal realidade revela um cenário ainda recorrente nas escolas públicas brasileiras. Embora a legislação assegure o direito à matrícula dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes comuns, muitos professores concluem sua formação inicial sem experiências significativas relacionadas à educação inclusiva. Consequentemente, a chegada de um estudante

com TEA costuma provocar dúvidas sobre metodologias, formas de avaliação, adaptação curricular e estratégias de comunicação.

Entretanto, as narrativas demonstram que esses sentimentos foram sendo gradativamente transformados ao longo da convivência cotidiana. O contato permanente com o estudante, a observação de suas potencialidades, o apoio da equipe pedagógica e o diálogo com a família favoreceram o desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho pedagógico. Em vez de permanecer limitada pela insegurança inicial, a professora passou a construir estratégias de ensino mais flexíveis, adaptando atividades, reorganizando rotinas e valorizando os avanços individuais do estudante.

Esse resultado confirma um dos principais achados da pesquisa original: os sentimentos de medo e insegurança foram progressivamente substituídos por maior confiança na atuação docente, acompanhados da realização de adequações pedagógicas compatíveis com as características do estudante com TEA.

Além disso, os resultados indicam que a prática inclusiva não se consolidou por meio de modelos previamente estabelecidos, mas a partir de um processo contínuo de aprendizagem profissional. Cada situação vivenciada em sala de aula exigiu reflexão, experimentação e replanejamento, demonstrando que a inclusão escolar constitui um processo dinâmico e permanentemente reconstruído pelos sujeitos envolvidos.

A construção de práticas pedagógicas inclusivas

Os dados da pesquisa revelam que a efetivação da inclusão escolar não ocorreu de forma imediata nem esteve vinculada à aplicação de um método único de ensino. Ao contrário, as narrativas evidenciam que as práticas pedagógicas foram sendo construídas gradativamente, à medida que a professora conhecia as características do estudante, compreendia suas potencialidades e identificava estratégias capazes de favorecer sua participação nas atividades escolares.

Essa constatação reforça a ideia de que a inclusão escolar exige planejamento flexível e permanente reavaliação das práticas pedagógicas. A experiência analisada demonstra que o processo educativo deixou de priorizar exclusivamente o cumprimento rígido do currículo para considerar também o ritmo de aprendizagem, as formas de comunicação e as necessidades específicas do estudante com TEA.

Entre as principais adaptações desenvolvidas destacam-se a reorganização das atividades, a utilização de recursos pedagógicos diversificados, o acompanhamento mais individualizado durante determinadas tarefas e a flexibilização dos instrumentos avaliativos. Essas adaptações não representaram redução das expectativas em relação ao estudante, mas estratégias para garantir condições mais equitativas de aprendizagem.

Os resultados evidenciam ainda que pequenas mudanças na organização da sala de aula produziram impactos significativos no desenvolvimento do estudante. A antecipação das rotinas, a clareza das orientações, a utilização de linguagem objetiva e a valorização das conquistas individuais favoreceram maior participação nas atividades propostas e contribuíram para o fortalecimento do vínculo entre professor e aluno.

Esse achado confirma um aspecto importante discutido na literatura sobre educação inclusiva: práticas pedagógicas inclusivas não se caracterizam pela criação de um currículo paralelo, mas pela diversificação das estratégias de ensino para atender à heterogeneidade presente na sala de aula. Nesse sentido, o estudante com TEA passou a participar das atividades desenvolvidas pela turma, recebendo os apoios necessários para que pudesse construir sua aprendizagem de forma significativa.

Outro aspecto relevante observado refere-se ao processo de planejamento docente. As narrativas indicam que a professora passou a antecipar possíveis dificuldades do estudante antes da realização das atividades, reorganizando materiais, ajustando procedimentos metodológicos e prevendo intervenções quando necessário. Esse movimento demonstra que a inclusão escolar promoveu mudanças não apenas nas práticas direcionadas ao estudante com TEA, mas também na própria forma de organizar o trabalho pedagógico da turma.

A importância da articulação entre escola, família e Atendimento Educacional Especializado

Um dos principais resultados evidenciados pela pesquisa diz respeito à construção de uma rede colaborativa envolvendo escola, família e profissionais responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). As narrativas demonstram que o processo de inclusão tornou-se mais consistente à medida que esses diferentes sujeitos passaram a compartilhar informações, dialogar sobre as necessidades do estudante e construir estratégias conjuntas de acompanhamento.

A família desempenhou papel essencial nesse percurso. Além de fornecer informações relevantes sobre o histórico do estudante, suas formas de comunicação, interesses e necessidades

específicas, participou ativamente do acompanhamento escolar, fortalecendo o vínculo entre os diferentes espaços educativos.

Essa participação possibilitou maior continuidade entre as experiências vivenciadas na escola e no ambiente familiar. As orientações compartilhadas favoreceram intervenções mais coerentes, reduzindo dificuldades de adaptação e contribuindo para o desenvolvimento da autonomia do estudante.

Da mesma forma, a atuação da professora da Sala de Recursos Multifuncionais revelou-se fundamental para o processo de inclusão. O Atendimento Educacional Especializado constituiu importante espaço de apoio ao trabalho desenvolvido na sala comum, oferecendo orientações pedagógicas, acompanhando o desenvolvimento do estudante e colaborando na elaboração de estratégias voltadas às suas necessidades educacionais.

Entretanto, as narrativas evidenciam que o AEE não foi compreendido como substituto da escolarização regular. Ao contrário, sua atuação mostrou-se complementar, fortalecendo o trabalho da professora da classe comum e ampliando as possibilidades de aprendizagem do estudante.

Essa articulação entre os diferentes profissionais confirma um dos princípios fundamentais da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a inclusão escolar depende da atuação integrada dos diversos serviços educacionais, evitando que a responsabilidade pelo estudante recaia exclusivamente sobre um único profissional. A dissertação destaca que o processo de inclusão envolveu justamente a professora, a família e a profissional do atendimento especializado como sujeitos centrais da pesquisa.

13

Formação docente e desafios para a consolidação da educação inclusiva

Embora a experiência analisada revele avanços significativos no processo de inclusão, os resultados também evidenciam importantes desafios para a consolidação da educação inclusiva nas escolas públicas.

O primeiro deles refere-se à formação inicial dos professores. As narrativas indicam que a docente iniciou o acompanhamento do estudante sem conhecimentos específicos sobre Transtorno do Espectro Autista, construindo grande parte de sua aprendizagem durante o próprio exercício profissional. Essa realidade evidencia uma lacuna ainda presente em muitos cursos de licenciatura, nos quais os conteúdos relacionados à educação inclusiva frequentemente ocupam espaço reduzido na formação acadêmica.

A formação continuada aparece, portanto, como elemento indispensável para fortalecer a atuação docente. Entretanto, os resultados sugerem que essa formação precisa ultrapassar modelos exclusivamente teóricos, aproximando-se das demandas concretas enfrentadas pelos professores no cotidiano escolar.

Outro desafio identificado relaciona-se às condições institucionais de funcionamento das escolas. A inclusão escolar exige tempo para planejamento coletivo, disponibilidade de recursos pedagógicos, apoio da equipe gestora e fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado. Quando essas condições não estão presentes, os avanços obtidos dependem excessivamente do esforço individual dos profissionais, tornando as práticas inclusivas mais vulneráveis às limitações estruturais.

Ainda assim, a pesquisa demonstra que a experiência vivenciada produziu transformações importantes na cultura escolar. O estudante deixou de ser percebido exclusivamente pelas limitações associadas ao diagnóstico e passou a ser reconhecido por suas potencialidades, possibilidades de aprendizagem e capacidade de participação nas atividades escolares.

Essa mudança de perspectiva representa um dos resultados mais significativos do estudo. A inclusão deixou de ser compreendida como um desafio individual do professor para tornar-se responsabilidade compartilhada entre toda a comunidade escolar, reafirmando que o sucesso das práticas inclusivas depende do compromisso coletivo com a construção de uma escola democrática, acolhedora e comprometida com o direito à educação de todos.

Ao analisar as narrativas dos participantes, observa-se que o maior aprendizado produzido pela experiência não foi apenas o desenvolvimento de estratégias pedagógicas específicas, mas a transformação das concepções sobre ensino, aprendizagem e diversidade. Nesse sentido, a inclusão escolar mostrou-se um processo que beneficia não apenas o estudante com TEA, mas toda a comunidade escolar, ao promover práticas pedagógicas mais flexíveis, colaborativas e humanizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou os desafios enfrentados pelos docentes e as práticas pedagógicas desenvolvidas durante o processo de inclusão de um estudante com Transtorno do Espectro Autista em uma escola pública da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte. Os resultados evidenciaram que a efetivação da educação inclusiva ultrapassa o cumprimento da

legislação e a garantia da matrícula na classe comum, exigindo mudanças estruturais, organizacionais e pedagógicas capazes de assegurar a participação e a aprendizagem dos estudantes.

As narrativas analisadas demonstraram que o processo de inclusão foi inicialmente marcado por sentimentos de insegurança e despreparo docente, reflexo das limitações ainda presentes na formação inicial e continuada dos professores. Entretanto, ao longo da experiência, observou-se um movimento de ressignificação da prática pedagógica. O contato cotidiano com o estudante, o fortalecimento do vínculo afetivo, a reorganização das estratégias de ensino e o apoio oferecido pela família e pelo Atendimento Educacional Especializado contribuíram para que a professora desenvolvesse maior segurança e autonomia no planejamento das atividades escolares.

Outro aspecto relevante refere-se ao entendimento de que não existe uma metodologia única para a escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. A pesquisa evidencia que as práticas pedagógicas mais exitosas foram construídas a partir da observação das características individuais do estudante, da flexibilidade curricular e da constante avaliação das estratégias utilizadas. Dessa forma, a inclusão mostrou-se como um processo dinâmico, que exige permanente reflexão sobre o fazer pedagógico.

15

Os resultados também reforçam a importância da atuação colaborativa entre escola, família e profissionais especializados. O diálogo constante entre esses sujeitos favoreceu a continuidade das intervenções, ampliou o conhecimento sobre as necessidades do estudante e fortaleceu a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e participativo. Essa parceria revelou-se indispensável para superar desafios cotidianos e promover o desenvolvimento acadêmico, social e emocional do estudante.

Do ponto de vista das políticas públicas, a investigação evidencia que os avanços normativos conquistados nas últimas décadas representam importante marco para a garantia do direito à educação das pessoas com deficiência. Contudo, a efetivação desses direitos depende da existência de condições concretas de funcionamento das escolas, incluindo investimentos em formação docente, ampliação do Atendimento Educacional Especializado, oferta de recursos pedagógicos acessíveis e fortalecimento da gestão escolar comprometida com os princípios da educação inclusiva.

A experiência analisada permite concluir que a inclusão escolar beneficia não apenas o estudante com TEA, mas toda a comunidade educativa. Ao reorganizar práticas pedagógicas,

rever concepções sobre aprendizagem e reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da escola, os professores ampliam suas possibilidades de atuação e contribuem para a construção de ambientes mais democráticos, equitativos e humanizados.

Embora os resultados estejam vinculados a um estudo de caso, as reflexões produzidas oferecem contribuições relevantes para o debate sobre a educação inclusiva nas escolas públicas brasileiras. Espera-se que este estudo possa subsidiar novas pesquisas, orientar processos de formação docente e fortalecer políticas educacionais comprometidas com a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes, especialmente daqueles com Transtorno do Espectro Autista.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

16

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: Mediação, 2018.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.